



## Da “onda rosa” à “maré azul”: crise e mudança no sistema partidário uruguaio (2005-2019)

*From the “pink wave” to the “blue wave”: crisis and change in Uruguay’s party system (2005-2019)*

**Allana Facchini da Silva**

Mestrado em Estudos Estratégicos (2021 – 2023) pela Universidade Federal Fluminense  
<https://orcid.org/0000-0003-4488-711X>, [allanafacchini@id.uff.br](mailto:allanafacchini@id.uff.br)

**Adriano de Freixo**

Doutorado em História Social (2003 – 2007) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
<https://orcid.org/0000-0002-0361-8565>, [adrianofreixo@id.uff.br](mailto:adrianofreixo@id.uff.br)

Recebido em: 31/03/2023 / Aceito em: 25/07/2023  
DOI: 10.12660/rm.v15n24.2023.89197

### Resumo

Neste artigo, nos propomos a analisar as transformações ocorridas no sistema partidário uruguaio entre 2005 e 2019, situando-as dentro do contexto latino-americano de ascensão e declínio da chamada “onda rosa” e do posterior esboço de uma “maré azul”. Assim, buscamos entender as condições nas quais se deram o declínio dos partidos políticos uruguaios tradicionais; o crescimento, as vitórias eleitorais e o ciclo de governos da Frente Ampla; a rearticulação e renovação da direita tradicional e; o surgimento e fortalecimento de um novo partido de extrema-direita, o *Cabildo Abierto*. Finalmente, procuramos discutir e problematizar a necessidade de atualização do debate teórico sobre o sistema partidário uruguaio, tendo em vista o quadro de maior fragmentação decorrente das eleições de 2019.

**Palavras-chave:** Uruguai; Onda Rosa; Frente Ampla; Eleições de 2019; Maré Azul.

### Abstract

In this article, we propose to analyze the transformations that occurred in Uruguay’s party system between 2005 and 2019, placing them within the Latin American context of the rise and decline of the so-called “pink wave” and the subsequent outline of a “blue tide”. Thus, we seek to understand the conditions under which the decline of traditional uruguayan political parties took place; the growth, the electoral victories and the cycle of governments of the *Frente Amplio*; the rearticulation and renewal of the traditional right and; the emergence and strengthening of a new far-right party, the *Cabildo Abierto*. Finally, we seek to discuss and problematize the need to update the theoretical debate on the Uruguayan party system, in view of the greater fragmentation resulting from the 2019 elections.

**Keywords:** Uruguay; Pink Wave; Broad Front; Elections 2019; Blue Wave.

## Introdução

As últimas três décadas vêm sendo marcadas por um quadro de grande volatilidade política na América Latina. Da “onda rosa” à “maré azul”, da “maré azul” a uma nova “virada à esquerda”, tais processos têm despertado a atenção dos mais diversos campos das ciências sociais, não só devido às turbulências da política doméstica dos Estados da região, em sentido estrito, mas também por seus impactos sobre os arranjos regionais e mesmo globais. A instauração do neoliberalismo como prática político-econômica; as críticas a ele oriundas de diferentes setores e as demandas por mudanças; a ascensão de forças políticas progressistas e as vitórias históricas nas urnas de líderes de partidos de esquerda ou centro-esquerda e, finalmente, a posterior reorganização das direitas – moderadas e radicais –, primeiro atuando como oposição e, mais recentemente, se apresentando como alternativa concreta de poder, são alguns dos temas que provocaram a literatura especializada nos últimos anos.

Com o intuito de refletir sobre como essas idas e vindas impactaram a cultura política e a estruturação do sistema partidário e eleitoral da região, este trabalho se propõe a pensar de maneira interligada os eventos acima descritos, tomando o Uruguai como estudo de caso. Utilizando uma metodologia qualitativa, que privilegiou a análise de fontes secundárias, sistematizando e estabelecendo conexões a partir de uma revisão da literatura já produzida sobre a temática, o artigo está estruturado em quatro tópicos, além das considerações finais.

O primeiro deles é dedicado a uma breve contextualização da “onda rosa” na América Latina e a discussão de alguns aspectos específicos do caso uruguaio. Em seguida, lançamos um olhar mais direcionado à “chegada” da “onda rosa” naquele país, relembando a criação da Frente Ampla, o caminho traçado até a sua vitória histórica nas urnas em 2004 e os impactos desse acontecimento sobre o tradicional sistema partidário uruguaio.

No terceiro tópico, analisamos as eleições de 2019, enfatizando as mudanças decorrentes desse processo; apresentamos o contexto de queda da Frente Ampla após quinze anos de governo; expomos algumas das principais pautas presentes no processo eleitoral e, por fim, discutimos a recuperação eleitoral do Partido Nacional. A quarta seção foi reservada para a contextualização da criação do que pode vir a ser a quarta força política no Uruguai: o *Cabildo Abierto*, descrevendo o seu processo de

formação e a força e projeção surpreendentes por ele alcançadas no pleito de 2019. Já nas considerações finais, buscamos articular os eventos previamente expostos, oferecer indagações sobre os possíveis significados da criação de um partido de extrema-direita no Uruguai e, por fim, localizar o país no que vem sendo chamado de “maré azul”.

### **A ascensão da “onda rosa” na América Latina**

A década de 1990 foi marcada por um cenário de transições diversas na América Latina. Os anos iniciais, ainda marcados pelos eventos da segunda metade da década anterior, configuraram um período no qual muitos dos Estados da região lidavam com processos recentes de redemocratização – processos estes que envolviam a busca pela recuperação e/ou de instituições e instrumentos democráticos formais –, ao mesmo tempo em que procuravam se adequar ao novo modelo político-econômico hegemônico: o neoliberalismo.

Caracterizado, em linhas gerais, pela revisão do papel do Estado nos assuntos de ordem econômica, política e social (HARVEY, 2008), a “chegada” do neoliberalismo na região foi um divisor de águas. Suas premissas e práticas, promoveram o desmonte das políticas sociais e a desregulamentação das relações capital-trabalho, o que, no caso específico da América Latina, causaria um forte impacto e significaram uma redução considerável do setor público, afetando os serviços prestados à população por parte do Estado e ampliando os lucros do setor privado. Em reação a essas políticas, setores e atores de grupos heterogêneos – críticos, em maior ou menor grau, ao neoliberalismo – começaram a ganhar espaço e força política na região.

Delineou-se então, a partir da oposição ao neoliberalismo, o que convencionou-se chamar de “onda rosa” – ou outras expressões similares como “maré rosa”, termo inicialmente cunhado por Francisco Panizza (SILVA, 2010) –, momento no qual forças políticas críticas ao modelo neoliberal venceram, em sequência, as eleições em diversos países da região: Hugo Chávez, na Venezuela (1998); Ricardo Lagos, no Chile (2000); Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil (2002); Nestor Kirchner, na Argentina (2003); Tabaré Vázquez, no Uruguai (2004); Evo Morales, na Bolívia (2005); Daniel Ortega, na Nicarágua (2007); Rafael Corrêa, no Equador (2007); Fernando Lugo, no Paraguai (2008) e Mauricio Funes, em El

Salvador (2009) (SILVA, 2010; MARIANO; RIBEIRO, 2016). Para além das vitórias eleitorais de frentes progressistas entre o final da década de 1990 e os anos 2000, deve se destacar a continuidade e a longevidade desse ciclo, com essas forças políticas colecionando vitórias nas eleições seguintes, seja por reeleição ou pela manutenção de seus projetos com diferentes líderes (SILVA, 2010).

Outrossim, ainda segue aberto o debate sobre como conceituar precisamente esse movimento à esquerda que ocorreu na região no início dos anos 2000. Devido às diferenças existentes entre os partidos e movimentos que ascenderam ao poder, a literatura especializada rediscute quais seriam os termos mais adequados para definir o fenômeno. Frente a esse debate, Igor Fuser (2018) traz à tona, criticamente, a tese das duas esquerdas. Essa tese - formulada, primeiramente, por Teodoro Petkoff, em um artigo intitulado *Las dos izquierdas* (2005) e, com pequenas diferenças de nomenclatura, por Jorge Castañeda (2006) - foi adotada e revista por autores de matrizes teóricas diversas como Alain Rouquié, Claudio Katz e Roberto Regalado e divide os governos do ciclo progressista latino-americano entre reformistas radicais, também chamados de bolivarianos, e sociais-democratas ou, na perspectiva de Silva (2010b), “refundadores” e “renovadores”<sup>1</sup>.

Nessa divisão, nomes como Evo Morales e Hugo Chávez, caracterizados por posições mais contestadoras e personalistas são relacionados ao primeiro grupo, enquanto nomes como Lula e Tabaré Vázquez são alocados dentro da categoria de social-democratas. No entanto, a crítica direcionada a essas caracterizações advém do fato de que ela não seria desinteressada, ou melhor, que ela agiria com a intenção de consolidar uma “esquerda possível”, aceitável e mais maleável aos acordos com o outro polo do espectro político e com a prática político-econômica neoliberal (FUSER, 2017). Não obstante, independentemente das diferenças existentes entre esses grupos, Fuser (2017, p. 76) destaca seis pontos em comum entre eles. Vejamos:

[1] a chegada da esquerda aos governos centrais ocorreu como uma reação do eleitorado ao fracasso das políticas neoliberais da década de 1990 em proporcionar melhorias nas condições de vida da população [...] [2] Os governos progressistas se constituem por meio de eleições, e não por meio de revoluções [...] [3] os líderes políticos de esquerda que chegam à presidência a partir do final do século XX

<sup>1</sup> Criticando a tese das “duas esquerdas”, o argumento de Silva é o de que tal visão adota uma perspectiva simplista e maniqueísta, ao procurar demonstrar que existe uma esquerda “boa” e outra “má”. Assim, ele propõe outra tipologia levando em conta os seguintes critérios: graus de institucionalização, postura sistêmica ou antissistêmica, posição em relação à democracia representativa e intensidade da crítica ao neoliberalismo.

são originários, em diversos casos, das camadas desfavorecidas da sociedade[...] [4] Eles foram eleitos, em todos os casos, em disputas políticas caracterizadas como expressão de um conflito social definido sob o eixo pobres/ricos [...] [5] Os governos progressistas foram ou são alvos permanentes de campanhas virulentas das elites dominantes [...] [6] A busca do crescimento econômico, avanço das forças produtivas, melhor inserção na economia global.

Além disso, para a conformação da “onda rosa”, houve dois fatores externos à região que foram bastante relevantes. O primeiro deles foi o *boom* das *commodities*. Estreitando laços com o emergente mercado chinês que demandava produtos feitos na América-Latina, os países da região viveram períodos de prosperidade econômica – momento no qual a China já se apresentava como um forte parceiro econômico de vários deles. Com essa prosperidade econômica, aumentaram-se as possibilidades de um desenvolvimento mais autônomo que poderiam vir a subsidiar projetos voltados mais diretamente aos interesses nacionais dos países latino-americanos.

Somou-se a isso um segundo fator: o atentado às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001. Nesse momento, os Estados Unidos da América (EUA), sempre atento aos processos políticos dos países vizinhos, direcionava uma atenção maior ao Oriente Médio e embora a preocupação com os rumos da política hemisférica não tenha saído de cena, ela, ao menos, foi reduzida. Com isso, líderes expressamente críticos à presença de caráter imperialista dos EUA em seus territórios, chegaram aos governos nacionais sem sofrer ameaças de intervenção mais direta da potência mundial.

No entanto, há de se salientar que, embora críticos ao imperialismo e ao neoliberalismo, os governos que integravam essa guinada à esquerda não chegaram a representar uma ameaça real de ruptura drástica com o modelo de produção capitalista e com a prática político-econômica do neoliberalismo. Assim sendo, parece ser possível afirmar que essas vitórias nas urnas de governos progressistas não foram entendidas pelos EUA como uma real ameaça. Relacionado a esse ponto, ainda, o fim da Guerra Fria também pode ser assimilado, segundo Silva (2010), como um fator explicativo da “onda rosa” na região. Para ele, com o encerramento desse conflito, os países latino-americanos poderiam gozar de certa liberdade prática e simbólica e contar com menos interferência da potência estadunidense em seus assuntos internos.

Assim como mencionado brevemente acima, o Uruguai – objeto principal deste trabalho – se encontrava entre os países que integraram a onda rosa – ou o

ciclo progressista. No entanto, para além da estabilidade democrática (LISSIDINI, 2020) – um aspecto amplamente retratado na literatura especializada sobre o sistema político uruguaio – algumas de suas particularidades merecem destaque, notadamente o fato de o país ter realizado uma transição econômico-política-social de cunho neoliberal de maneira menos abrupta e mais moderada do que seus vizinhos latino-americanos (LANZARO, 2013; BIDEGAIN *et al.*, 2021). Esse aspecto é importante, pois, a forma pela qual ocorreu o processo de implementação do neoliberalismo em cada país, interfere diretamente na compreensão de como e sob quais bases a guinada à esquerda ocorreu na região – já que é pela reação e crítica aos ideais neoliberais que esse fenômeno pode ser analisado em bloco.

Assim, no Uruguai, mesmo que as funções do Estado tivessem sido revistas pela ótica dos interesses neoliberais, ainda se fazia presente a memória de uma entidade com a qual a população uruguaia, dotada de forte cultura cívica, relacionava as atribuições de proporcionar o bem-estar da nação, em uma perspectiva arraigadamente estadocêntrica e partidocrática (BIDEGAIN *et al.*, 2021). Ademais:

No Uruguai, como em outros países pequenos e dependentes, o Estado desempenhou historicamente um notável papel central e desde o começo do século XX tornou-se um Estado “ampliado”, assumindo funções estratégicas no desenvolvimento da economia e da sociedade (nacionalização de bancos, empresas e serviços, regulamentação de mercados e do trabalho, educação pública, previdência social). As evoluções sucessivas multiplicaram as intervenções do Estado e moldaram nosso keynesianismo “crioulo”. Desde a democratização originária, a integração política está amarrada à integração social, mediante ligações que deixam marcas duradouras na cidadania (política e social) e na cultura cívica (LANZARO, 2003, p. 51)

Não obstante, a transição ocorreu. Conduzida pela alternância clássica entre os tradicionais partidos fundadores, isto é, o Partido Nacional (*blancos*) (PN) e o Partido Colorado (PC), a mudança da perspectiva *keynesiana*<sup>2</sup> - embora seja importante ressaltar que, no Uruguai, o intervencionismo estatal, via “batllismo”<sup>3</sup>

<sup>2</sup> A doutrina keynesiana pode ser definida, em linhas gerais, como uma revisão crítica aos ideais liberais a respeito do papel e funções do Estado. Defende-se, com ela, uma centralidade maior do Estado para prover à sociedade as condições necessárias de um bem-estar social, colocando os interesses da sociedade antes dos interesses do mercado. Para saber mais sobre a versão uruguaia dessa doutrina consultar Lanzaro (2003).

<sup>3</sup> “Batllismo” é o nome dado ao movimento político inspirado nas ideias de José Batlle y Ordóñez, presidente do Uruguai entre 1911 e 1916, e que se tornaria uma importante corrente do Partido Colorado. Em linhas gerais, Battle defendia o controle do Estado sobre os setores essenciais da economia e a adoção de políticas distributivistas e de uma legislação social, visando diminuir as desigualdades e transformar o Uruguai em uma sociedade de classes médias.

antecede as teses de J.M. Keynes - para as premissas neoliberais teria ocorrido, segundo Lanzaro (2003), através de ações governamentais que norteariam os debates de cunho ideológico presentes nas campanhas eleitorais. Foram realizadas, nesse sentido: “ajuste fiscal, privatização, mudanças nas funções do Estado e liberalização econômica, com novas formas de regulação da economia e da sociedade” (LANZARO, 2003, p. 56).

Nesse contexto, alguns pontos são centrais para o exercício de análise da “chegada” da “onda rosa” no Uruguai: 1) a transição neoliberal no país se deu de maneira amortecida e paulatina; 2) quem promoveu essa transição foram os partidos tradicionais que romperam com a perspectiva *keynesiana*, afrouxando seus laços com a população mais pobre e 3) essa transição ocorreu sob críticas de uma esquerda política em ascensão: o partido *Frente Amplio* (FA) que vinha conquistando gradualmente espaço político nas urnas e que passava por uma fase de reformulação interna, na qual o discurso ideológico foi se tornando mais moderado e a experiência de gestão da capital Montevideú se fez mais presente.

Assim, é possível aferir que os processos de redemocratização, ajuste neoliberal e “onda rosa” estão relacionados de diferentes formas. Embora contenham múltiplos aspectos que possibilitam analisar esses fenômenos “em bloco”, as particularidades de cada país latino-americano, como tratamos brevemente acima com o caso Uruguaio, incidem nos resultados de assimilação do fenômeno no plano interno e, talvez, possam oferecer possibilidades e instrumentos analíticos para a compreensão do fim desse ciclo progressista na região. Partindo dessa concepção, direcionamo-nos a seguir em uma análise da “chegada” da onda rosa do Uruguai e das mudanças promovidas pela Frente Ampla no tradicional sistema partidário do país.

### **A onda rosa atinge o Uruguai: vitória histórica da Frente Ampla nas urnas**

O partido *Frente Amplio* surge no Uruguai durante o “pachecato” (PADRÓS, 2005), isto é, sob o governo autoritário e conservador de Jorge Pacheco Areco (1967-1972) do Partido Colorado. Sendo composto por variadas frações, que iam de setores oriundos da política partidária tradicional uruguaia, até integrantes de movimentos sociais e de base, sua formação pode ser compreendida como uma resposta “de

amplos setores populares diante de uma situação de deterioração social, econômica e política sem precedentes" (PADRÓS, 2005, p. 286).

Tratava-se assim de uma grande coalizão – para Lanzaro (2003), um “partido de coalizão” – composta de diversos setores e atores sociais, que se uniram em torno de uma preocupação compartilhada sobre os rumos que o país poderia tomar nos anos seguintes, devido à observável proximidade com os regimes conservadores e autoritários que se expandiram na América Latina naquele período. A Frente Ampla nasce, portanto, como um grande guarda-chuva que abrigava os setores progressistas da sociedade uruguaia e que defendia a prática de mudanças pela via legal-institucional.

Assim, no ano de 1971, é criado o partido que, de imediato, se apresentaria para a disputa eleitoral. Ainda no contexto de sua construção, essa coalizão se definia como uma frente de perfil politicamente orientado à esquerda, de caráter “anti-imperialista, popular, terceiro-mundista e antioligárquica” (PADRÓS, 2005, p. 286). No entanto, o vencedor dessas eleições foi Juan María Bordaberry, do Partido Colorado, que no ano de 1973, em um autogolpe, converteu o país em uma ditadura civil-militar, da qual o país se veria livre apenas em 1985. Como usualmente ocorre em regimes autoritários, durante a ditadura civil-militar uruguaia, o antigo sistema de partidos foi extinto.

Com a redemocratização, a FA retoma sua articulação política eleitoral em um contexto menos hostil. Caracterizado por manter relações muito próximas com movimentos sociais – como o feminista, o de trabalhadores e o de estudantes – o partido de coalizão<sup>4</sup> (LANZARO, 2003), foi aumentando paulatinamente sua projeção nas urnas (Tabela 1) ao passo que os partidos tradicionais, notadamente o Partido Colorado, perdiam eleitores. Assim, a FA crescia e se consolidava como um partido verdadeiramente competitivo que ameaçava o tradicional bipartidarismo uruguaio, existente desde o século XIX. Com a vitória nas eleições de 2004 a FA, de fato, acabaria por transformá-lo: via-se alterada, assim, a tradicional alternância de poder entre os dois partidos fundadores nas eleições nacionais.

---

<sup>4</sup> Para efeitos elucidativos, nas eleições de 2019, a FA contava com 12 segmentos internos que disputaram as eleições primárias: o Movimiento de Participación Popular (MPP); Compromiso Frenteamplista; PCU (e alianças); FLS; PS; Casa Grande; Vertiente Artiguista; Liga Federal; Asamblea Uruguay; Nuevo Espacio; Fuerza Renovadora e PAR. Ver mais em Nocetto *et al.* (2020).

Tabela 1 - Votos em eleições nacionais - 1971-2009 (%)

	1971	1974	1989	1994	1999	2004	2009
<b>Partido Colorado</b>	41	41	30	32	33	11	18
<b>Partido Nacional</b>	40	35	39	31	22	35	30
<b>Frente Amplio</b>	18	21	21	31	40	50.5	48
<b>Nuevo Espacio</b>	-	-	9	5	5	-	-
<b>Partido Independiente</b>	-	-	-	-	-	2	3

Fonte: Lanzaro (2013, p. 254)

Como é possível identificar nos dados contidos na Tabela 1, o partido seguiu em crescimento constante desde quando se lançou como terceira força política no país. Nesse sentido, ao examinar os resultados das eleições nacionais de 1994, Reis e Lopes (2022, p. 3) identificaram que quase houve um empate tríplice, apontando para o crescimento significativo da FA e sugerindo que, nesse momento, já era possível vislumbrar o surgimento de uma nova “política de blocos”. Vejamos:

Na eleição de 1994, quando houve quase um empate tríplice (32,3% para o Partido Colorado, 31,2% para o Partido Nacional e 30,6% para a Frente Ampla), o antigo bipartidarismo em que se baseava o sistema político uruguaio deu lugar, nas palavras de Yaffé (2005), a um “multipartidarismo bipolar”. Seguiram sendo dois blocos, mas agora, nos termos de Lanzaro (2003a), surgia uma nova “política de blocos”: enquanto ambos os partidos tradicionais se uniam em um deles, à direita, inclusive apoiando-se nos segundos turnos, no outro estava a Frente Ampla, com quase metade das preferências.

Vale a menção de que na capital Montevidéu, a cidade mais populosa do país, a FA venceu as eleições municipais de 1989, 1994 e 2000 (LANZARO, 2003), acumulando, dessa forma, experiência institucional e força eleitoral. Diante desse cenário, no ano de 1996, os partidos tradicionais, ameaçados pelo crescimento da FA, promoveram uma reforma constitucional que instituiu novas regras na política eleitoral do país. Esse novo modelo:

eliminou o duplo voto simultâneo e, em vez do antigo princípio da pluralidade, adotou a regra da maioria com dois turnos para as eleições presidenciais (*ballottage*), que permite apenas um candidato por partido (escolhido em eleições primárias compulsórias e simultâneas para todos os partidos). Porém, mantém o sistema de representação proporcional nas eleições parlamentares, que coincidem com o primeiro turno da eleição presidencial (LANZARO, 2003, p. 57).

No entanto, como vimos, essa estratégia não foi capaz de conter por muito tempo o avanço da Frente Ampla que, num movimento de reformulação interna, foi

capaz de i) articular os requisitos necessários para derrotar os tradicionais partidos fundadores do Estado uruguaio; ii) sair da posição histórica de oposição e iii) atingir o *status* de partido da situação por três mandatos consecutivos. As razões que justificam a vitória da FA nas eleições de 2004, são uma discussão a parte na bibliografia especializada. No entanto, em linhas gerais, parece ser possível afirmar que esse foi um processo gradual que, embora influenciado pelas tendências regionais, deveu-se muito às adequações feitas pelo partido na relação entre as frações que dão forma ao *Frente Amplio*. Esse movimento foi entendido pela maior parte da literatura, como um processo de transformação e “nacionalização” da esquerda uruguaia.

Lanzaro (2013) ressalta, ainda, que a FA teria sido capaz de reformular as suas estratégias, renovando seus laços com a classe média e com os trabalhadores e aumentando seu enraizamento estatal e institucional – reformulações possíveis a partir de um processo de atualização ideológica, conforme descrito por Adolfo Garcé e Jaime Yaffé (2014), que foi capaz de capilarizar a força política do partido em outros setores da sociedade, sem perder o apoio da esquerda política<sup>5</sup>. Se conformado como um “partido de integração” e tendo sua ascensão relacionada a uma maioria urbana (correspondente ao eleitorado tradicional do PC), a FA, foi capaz de ampliar suas bases e atingir o eleitorado rural (mais fiel ao PN), se espalhando pelo país. Em síntese:

[...] a estratégia política da FA em seu ciclo ascendente (1989-2005) se define em seu desenvolvimento como um partido catch-all, de viés eleitoral (KIRCHHEIMER, 1966; PANEBIANCO, 1982), o que implica em mudanças na sua ideologia e na sua organização, nos processos decisórios e na estrutura de liderança (LANZARO, 2013, p. 258, tradução nossa).

Dessa forma, o partido foi capaz de mobilizar o descontentamento existente na população uruguaia em relação aos partidos tradicionais e capitalizá-lo para si. Isto é, ao mesmo tempo em que empreendeu internamente processos de moderação ideológica e programática, se aproximando de setores mais diversos da sociedade, a Frente Ampla, lançando-se como oposição, logrou se alçar como uma possibilidade de renovação e mudança – o que não significa que o partido tenha deixado de lado elementos fortemente arraigados na cultura cívica do país, quais sejam, os ideais de caráter igualitário, estatal e distributivista (LANZARO, 2003; GARCÉ; YAFFÉ, 2014).

<sup>5</sup> Ver: GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. La era progresista: hacia un nuevo modelo de desarrollo: tercer acto. Tercera edición, Editorial Fin de Siglo, 2014.

Diante desse cenário de “institucionalização” e “tradicionalização” do partido, conforme caracterizado por Garcé e Yaffé (2014), e, valendo-se dessa conjunção de forças e rearticulações políticas, a FA conquistou a maioria dos votos nas eleições de 2004, com o médico Tabaré Vázquez, ex-prefeito de Montevideú.

Se consolidava, dessa forma, a crise dos partidos tradicionais. Tendo se eximido de processos de adaptação e renovação, os partidos tradicionais ficaram inertes às transformações que ocorriam na sociedade uruguaia. Incapazes de promover projetos alinhados à nova realidade e de assumir novos compromissos políticos, os partidos tradicionais tiveram seu espaço tomado e, abriu-se, com isso, um ciclo de três governos da Frente Ampla (LANZARO, 2003).

Considerando a maneira pela qual o sistema político uruguaio configurava-se historicamente – o tradicional bipartidarismo, com a alternância do poder entre *blancos* e *colorados* –, a vitória frenteamplista significou não só uma mudança conjuntural, mas sim, estrutural na política institucional uruguaia. A partir daí, ocorre um realinhamento entre e intra partidos, com as agremiações tradicionais buscando se adequar às novas condições: estruturar-se-ia, assim, um sistema multipartidário de caráter bipolar ou, nos termos de Lanzaro (2003, p. 57), um multipartidarismo moderado:

Nesse contexto, os partidos uruguaio sofreram uma espécie de “transição na transição” com duas dimensões. Em primeiro lugar, há um realinhamento do sistema partidário, do bipartidarismo tradicional para um multipartidarismo moderado, em consequência do desenvolvimento da frente política de esquerda Frente Amplio (FA) que desafia os “decanos” do clube – o Partido Colorado (PC) e o Partido Nacional (PN). Estes continuam no páreo, mas tendem a formar um bloco político. Em segundo lugar, produzem-se mudanças substanciais nas funções dos partidos, em sua organização e estratégias políticas.

Logo, de um lado desse sistema bipolar, representando a direita política, localizavam-se os partidos tradicionais, o PC e o PN, que tenderam a se alinhar após um movimento de redução de diferenças internas, mesmo que com certa resistência de frações que compunham cada um dos partidos; e do outro, a FA como representação das forças de esquerda. Assim, como analisado por Reis e Lopes (2022), embora a polarização não tenha atingido níveis altos em seus extremos, a FA manteve sua posição mais próxima de uma perspectiva à esquerda, sustentando a

lógica estadocêntrica, ao passo que os partidos tradicionais se distanciaram da visão *keynesiana* e alinharam-se ideologicamente ao neoliberalismo.

Ademais, a vitória frenteamplista no Uruguai trouxe mudanças em outras searas. Se tratando de um partido que conservava vínculos estreitos com os movimentos sociais dos mais variados setores, embora moderando o seu discurso ideológico e se adequando ao quadro de funcionamento estatal como o partido da situação, a FA procurou implementar a agenda dos chamados “novos direitos” – dentre eles a legalização do aborto, a regulação da *Cannabis*, a instauração da lei integral para pessoas transsexuais e o casamento homoafetivo. É inegável, também, o avanço realizado pelos governos do partido no que concerne ao combate à pobreza. Saiu-se de um percentual de cerca de 40% de pessoas pobres em 2003 para 10% em 2019 (NOCETTO *et al.*, 2020). Esses e outros avanços também são elencados por Bidegain *et al.* (2021):

A vitória eleitoral da FA em 2004 gerou uma importante mudança na estrutura de oportunidade política do país. Os anos de governo da Frente Ampla abriram canais de comunicação inéditos para as organizações vinculadas aos movimentos sociais e se traduziram em diferentes políticas públicas e reformas legislativas que atenderam a diferentes demandas sociais: restabelecimento da negociação coletiva, lei da interrupção voluntária da gravidez, maior orçamento para a educação, ação afirmativa para a população afro e trans, casamento entre pessoas do mesmo sexo, avanços na luta contra a impunidade das violações de direitos humanos durante a ditadura etc. (BIDEGAIN *et al.*, 2021, p. 394, tradução nossa).

O ciclo de governos da Frente Ampla, no entanto, chegaria ao fim, com a derrota do partido nas eleições nacionais de 2019 – ano que marcaria o início de novas tendências na dinâmica político-partidária do país. Ainda que tenha sido um resultado bastante apertado (47,4% para a FA contra 48,9% para o PN, de acordo com a Corte Eleitoral do Uruguai) – que demonstrou a manutenção da força do partido e o seu enraizamento – a Frente Ampla sofreu os efeitos que o desgaste de quinze anos no poder pode trazer. Além do que, na segunda metade da última década, os cenários internacional, regional e doméstico sofreram alterações consideráveis em termos de disputas político-ideológicas. Emergiram, nesse contexto, os sinais do fim da onda rosa na região, demarcado pelo fortalecimento do conservadorismo e a ascensão de lideranças, partidos e movimentos de extrema-direita na América Latina e no mundo.

Assim, diante desse panorama, alguns pontos devem ser enfatizados. A vitória nas urnas da Frente Ampla, trouxeram diversas mudanças na política uruguaia,

indicando sinais de alterações mais profundas da cultura política do país, que abandonava seu tradicional sistema bipartidário e se abria para uma terceira força mobilizadora. Ademais, após três ciclos de governos da Frente Ampla, dois movimentos podem ser observados no Uruguai: 1) a abertura de caminhos para os setores mais progressistas, o que possibilitou o avanço da esquerda política e a ampliação dos direitos de minorias e 2) a reorganização da direita na oposição (BIDEGAIN *et al.*, 2021), que, mesmo com certa fragmentação, tem contado com “novos” atores – ou antigos atores “repaginados” – e indicado sinais de renovação. É sobre esse segundo movimento, mais especificamente sobre as mudanças observadas nas eleições de 2019, que trataremos no tópico a seguir.

### **As eleições de 2019 e o Uruguai no contexto do crescimento mundial da extrema-direita**

As eleições de 2019 no Uruguai foram marcadas por novidades e mudanças na política institucional e nas disputas eleitorais no país, mudanças essas que, devido ao seu potencial transformador e repleto de indicativos de movimentações das bases tradicionais, não ocorriam desde a ascensão da Frente Ampla nos anos 2000. Em outros termos, dentre os novos elementos que compõem essa gama de novidades um chama especial atenção: o surgimento de uma possível nova força política, o partido *Cabildo Abierto* (CA) (VÁZQUEZ; DEL RÍO, 2019).

Antes de nos direcionarmos a esse novo ator em potencial da política uruguaia, voltar-nos-emos, para a análise de outro ponto que caracterizou o pleito uruguaio de 2019: a queda da Frente Ampla após quinze anos à frente do governo nacional.

Ao contrário das eleições anteriores em que a FA havia saído vitoriosa, a avaliação da população sobre o governo frenteamplista não era muito favorável. Desde 2005, quando o partido assumiu o governo nacional, a FA nunca havia atingido números tão altos de desaprovação como os que alcançou em 2019 (oscilando entre 40% e 50%) (NOCETTO *et al.*, 2020). Em meio as críticas à condução da economia; e às repercussões da renúncia do vice-presidente Raul Sendic após ter seu nome envolvido em um escândalo devido ao uso de cartões corporativos oficiais quando era presidente da Ancap, a estatal petrolífera do país, dois aspectos em específico merecem destaque: o aumento da demanda por segurança pública e a avaliação

negativa por parte de determinados setores da sociedade acerca do avanço na chamada “agenda de novos direitos”.

Sobre o primeiro ponto, um dos mais enfatizados na bibliografia especializada, cabe ressaltar que se trata de uma pauta em ascensão (CAETANO *et al.*, 2019) desde, ao menos, 2008, quando, segundo o *Latinobarometro*, 18% da população considerava a delinquência e a segurança pública, em conjunto, como um dos principais problemas do país, número esse que seguiu crescendo. No ano seguinte, em 2009, ocorreria um salto para 29% dessa mesma avaliação e em 2019 um novo recorde é atingido: no ano das eleições, 47% da população uruguaia, considerava a segurança pública não só um dos principais problemas, mas sim, o principal problema do país, com o desemprego em segundo lugar, com 17% (NOCETTO *et al.*, 2020).

Mesmo tendo alcançado o topo na preocupação dos uruguaios, como ressaltam Caetano *et al.* (2019) e Queirolo *et al.* (2019), é de suma importância demarcar que, ao compararmos os indicadores objetivos em matéria de segurança e os dados sobre as percepções da opinião pública, um descompasso se faz presente. Ainda que os índices de criminalidade e as taxas de homicídio tenham sofrido um aumento, a percepção da população quanto às questões de segurança pública é claramente desproporcional em relação aos dados reais. Com isso, o sentimento de insegurança observado nas pesquisas de opinião, parece estar condicionado a uma sensação mais subjetiva, já que o padrão de segurança no país não sofreu alterações significativas<sup>6</sup> nos últimos anos. Nesse sentido,

É interessante salientar que esse problema não se relaciona, de forma rígida, com indicadores objetivos de mudanças dramáticas na segurança pública, referindo-se mais a um sentimento subjetivo, que embora baseie-se de fato no aumento da criminalidade, é resultante também do *lugar central dado à segurança no imaginário nacional* e das altas taxas de envelhecimento da população. (CAETANO *et al.*, 2019, p. 291 tradução e grifos nossos)

Ainda sobre a relevância da pauta securitária, Queirolo (2020) apresenta uma ressalva e a analisa em proximidade com a questão econômica. Em um paralelo entre os tópicos dominantes das eleições de 2014 e 2019, observou-se que, em 2014, a economia ia bem e, mesmo com a segurança pública já sendo motivo de preocupação para a população, a Frente Ampla foi vitoriosa. Em 2019, todavia, esse cenário

---

<sup>6</sup> Um dado significativo dessa mudança de padrão foi o aumento observado nas taxas de homicídio no país. Segundo Nocetto *et al.* (2020, p. 519), de uma taxa de homicídios de 8,1 para cada cem mil habitantes, em 2017, o Uruguai chegaria à taxa de 11,8 para cada cem mil habitantes, em 2018.

econômico piora – fato também destacado por Canzani e Zeballos (2021) –, enquanto a preocupação com a segurança pública seguia aumentando. Diante desse cenário de insatisfação e desgaste da Frente Ampla, o Partido Nacional – representante do bloco da direita política que conseguia ter uma interlocução maior com o eleitor ao debater tais pautas – ganhou mais força e a ânsia por mudança se impôs.

A respeito do segundo aspecto – o aumento da resistência ao desenvolvimento da agenda dos novos direitos, como a regulação da *Cannabis*, a legalização do aborto, o matrimônio igualitário etc. –, cabe mencionar que no ano eleitoral, o ativismo dos setores contrários a essas pautas cresceu substancialmente. Não obstante, o fortalecimento desse comportamento de caráter mais conservador, não pode ser desvinculado do que se passava no restante no mundo. Exemplos disso são a eleição de Donald Trump nos EUA, em 2016; a ascensão de líderes de extrema-direita em países tão díspares como Hungria, Índia, Filipinas e Polônia; e, no entorno sul-americano, a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, no Brasil. A rejeição às pautas progressistas e a associação dessas demandas a um nebuloso e ampliado conceito de “comunismo”, passa a ser uma tendência não apenas doméstica ou regional, mas sim de caráter global.

Nesse contexto, a Frente Ampla, como o agente idealizador e realizador dessas pautas no Uruguai, tornar-se-ia o principal alvo das críticas de setores da oposição conservadora, que, ao se apropriarem e darem centralidade à chamada “agenda moral”, fomentavam a ideia de que esses novos direitos levaram o país a uma crise de valores, *modus operandi* esse, muito similar aos dos movimentos conservadores dos países vizinhos que atuavam na oposição aos demais governos progressistas da região:

Dessa forma, o questionamento específico faz alusão a uma crise de valores nos marcos de um pretense autoritarismo social e moral da NAD [nova agenda de direitos]. Paradoxalmente, a preocupação central aponta para a violação da laicidade, na medida em que a NAD teria permeado o Estado, presumidamente atentando contra a integridade das crianças; e, como um efeito nocivo do “lobby gay”, promovendo – segundo esse discurso - a homossexualização e a hormonização das crianças (IGLESIAS *et al.*, 2020 apud BIDEGAIN *et al.*, 2021, p. 397, tradução nossa).

Dessa forma, os setores de oposição utilizaram diferentes estratégias para se articularem com os setores mais conservadores da classe média, conseguindo, assim, erodir gradualmente o capital político da Frente Ampla através da deturpação e de

leituras enviesadas dos objetivos da agenda progressista implementada pelo partido. Logo, a lógica do Partido Nacional para ganhar as eleições no segundo turno do pleito de 2019, foi a de formar uma coalizão eleitoral que significasse uma oposição direta àquilo que a Frente Ampla representava, admitindo a participação, portanto, do *Partido Colorado*, do *Cabildo Abierto*, do *Partido Independiente* e do *Partido de la Gente* (QUEIROLO, 2020).

Assim, em um movimento duplo, mas interrelacionado, à queda da aprovação da FA, somou-se o fortalecimento de pautas conservadoras que se opunham diretamente aos projetos políticos encampados pelos *frenteampelistas*, pautas estas que encontraram eco em determinados setores do Partido Nacional e em uma força política emergente, o *Cabildo Abierto*.

Ademais, para além do surgimento de uma quarta força política em potencial, outros fatores fizeram com que as eleições uruguaias de 2019 se diferenciassem das demais. O clima de mudanças já pôde ser sentido a partir das eleições primárias, que foram marcadas pela emergência de novos nomes no cenário político partidário, tanto no PN, como na FA. Enquanto na FA observou-se a busca por uma renovação geracional, com nomes como Daniel Martínéz, no PN, a novidade foi a candidatura nas primárias de Juan Sartori – um *outsider* e empresário milionário que buscava inspiração em Trump. Sartori concorreu com nomes da tradicional política uruguaia e do Partido Nacional, como Luis Lacalle Pou (descendente de uma linhagem de ex-presidentes pelo PN) e Jorge Larrañaga, mas acabou por ser derrotado por Lacalle Pou. No Partido Colorado, na contramão, um velho conhecido reapareceria na disputa com a retirada da candidatura de Pedro Bordaberry, o ex-presidente Julio María Sanguinetti que, no entanto, seria derrotado nas primárias do partido pelo economista Ernesto Talvi, que acabaria sendo o candidato colorado à presidência. Contudo, a maior mudança viria com o surpreendente desempenho eleitoral do recém-criado CA, que analisaremos a seguir.

### **A emergência de uma possível quarta força política no Uruguai: a criação e o desempenho do *Cabildo Abierto* nas eleições de 2019**

Para melhor compreensão do surgimento do CA é necessária a menção a um evento prévio. Em fevereiro de 2019, veio à tona um caso do *Tribunal de Honor del Ejército* referente ao assassinato e à tentativa de ocultação do corpo de um detido,

em 1972, crimes cometidos por um militar que embora os tenha confessado, viveu impune durante todo esse tempo. Nessa ocasião, em meio às cobranças por justiça e críticas às omissões que permitiram que o militar em questão não fosse responsabilizado pelos crimes cometidos, eclode um conflito entre o Poder Executivo (na segunda gestão de Tabaré Vázquez) e os comandantes militares, notadamente o do Exército.

Diante da omissão do Ministério da Defesa e dos generais que integravam o Tribunal de Honra, que tinham conhecimento do crime e não tomaram medida alguma, Tabaré Vázquez, pressionado, decidiu agir, demitindo o comandante do Exército de seu posto. Esse comandante era Guido Manini Ríos, que se tornaria o líder do *Cabildo Abierto*.

Manini Ríos, que estava no comando do Exército desde 2015, além de ter se omitido no episódio em tela, também proferiu declarações públicas com críticas ao Poder Judiciário, promovendo um clima de tensão entre as instituições. No entanto, sua trajetória política não se inicia com esses eventos:

(...) membro de uma família com nítidos antecedentes políticos de direita, durante seu mandato como comandante fez inúmeras declarações controversas sobre temas políticos e militares (ação do exército durante a ditadura, rejeição da lei que altera o serviço de pensões e aposentadorias dos militares, críticas a organizações de direitos humanos e de familiares de detentos desaparecidos, etc.), sendo sempre protegido pelo ministro e ex-líder tupamaro Fernández Huidobro, com quem fez amizade. Em setembro de 2018, ele foi punido com uma prisão rigorosa por 30 dias por duras declarações políticas contra o projeto oficial de revisão das aposentadorias militares (CAETANO *et al.* 2019, p. 281, tradução nossa).

Em meio a essa crise, Manini Ríos deixa suas funções no Estado e, pouco tempo depois, lança-se candidato à presidência pelo recém-criado CA. Registrado em março de 2019, o CA pode ser definido com um partido representativo de segmentos conservadores civis em aliança com setores militares. Deste modo, o partido surge como uma opção para a parte do eleitorado com inclinações reacionárias, representando o despontar de uma força localizada na extrema-direita do espectro político (VÁZQUEZ; DEL RÍO, 2019).

Emerge, assim, segundo Botinelli (2019) um partido “verdadeiramente novo” – visto que, não teve sua origem vinculada a dissidências ou rachas de partidos anteriores –, mesmo sendo porta-voz daquilo que há de mais antigo e conservador na política institucional. De caráter personalista, centrado na figura de seu líder, e,

adotando como guia ideológico, uma certa interpretação de artiguismo<sup>7</sup> – aquela que enaltece símbolos nacionalistas e autonomistas, mas desconsidera o ideário de justiça social de José Artigas (idem) –, o CA direciona o seu foco “na restauração da ordem, tanto no âmbito da segurança pública quanto que se refere à agenda de direitos promovida pelos governos da FA (NOCETTO *et al.*, 2020, p.524 tradução nossa).

Em relação ao desempenho eleitoral do CA, parece ser possível afirmar que o partido se beneficiou do aumento das tensões entre setores das Forças Armadas e o governo da FA, atraindo os votos de parte do eleitorado de direita, notadamente o de perfil ideológico mais conservador. Dessa forma, quando Manini Ríos – cuja tradição familiar já o aproximava dos setores mais conservadores do Partido Colorado – lança sua candidatura à presidência do país, ele passa a ser visto como uma alternativa política viável por civis e militares de cariz ultraconservador.

Mesmo não tendo alcançado o número de votos suficientes para chegar ao segundo turno de votações, o CA angariou uma quantidade considerável de votos (Tabela 2), com percentuais bem próximos aos obtidos pelo histórico Partido Colorado – podendo ser considerado, de acordo com Canzani e Zeballos (2021, p. 8, tradução nossa) “a criação mais bem sucedida de um partido desde o surgimento da FA”. Essa ascensão meteórica também se refletiu na conquista de onze deputados e três senadores, apontando para a identificação de parte expressiva da sociedade uruguaia com o programa político do partido.

Tabela 2 - Resultado das Eleições Nacionais de 2014 e 2019

Partidos	2014	2014	2019	2019
	Primeiro turno	Segundo turno	Primeiro turno	Segundo turno
FA	47,8%	52,8%	39%	47,4%
PN	30,9%	40,5%	28,6%	48,9%
PC	12,59%		12,3%	
PI	3,1%		1%	
CA	-		11,0%	
PG	-		1,1%	

<sup>7</sup> Como assinala A.L. Ferreira (2011), José Artigas é um símbolo reivindicado por todas as forças políticas uruguaias, inclusive pela Frente Ampla, com cada uma delas enfatizando os aspectos do “artiguismo” que lhe convém. No caso do CA, além do nacionalismo e do autonomismo, uma interpretação enviesada e anacrônica da noção de segurança presente no artiguismo oitocentista - com a punição severa aos criminosos e “aos vadios” (e a conseqüente valoração discursiva do “cidadão de bem” e do “trabalho honesta”) - ganha centralidade.

UP	1,1%	0,8%
PERI	0,7%	1,4%

Fonte: Nocetto *et al.*, 2020, p. 530.

Assim, pode se considerar que a rápida ascensão do CA insere-se no contexto global e regional de crescimento da extrema-direita e de crise das democracias liberais, processo esse marcado pela ascensão de forças políticas e lideranças ultrarreacionárias e antidemocráticas que compartilham: i) valores, notadamente no que se refere à chamada “agenda moral”, ii) padrões de comportamento – como o ataque às instituições ou a defesa de governos fortes que restaurariam a ordem, ou mesmo retornariam a uma “era de ouro” perdida da história nacional – e iii) discursos e construções simbólicas fortemente nacionalistas. No caso específico do Uruguai, a despeito de não ter logrado alcançar a presidência da República, são inegáveis a força e a projeção obtidas por um partido que contava com menos de um ano de criação e atuação no momento das eleições.

Por fim, em um esforço de síntese, podemos indicar como principais mudanças no sistema político-partidário uruguaio que vieram no bojo das eleições de 2019: a alternância de poder depois de 15 anos de hegemonia da Frente Ampla; o retorno a um governo de coalizão entre os partidos tradicionais; o aumento do número de partidos que conquistaram cadeiras no legislativo; a queda de nove pontos percentuais no eleitorado da FA; a fragmentação do bloco de direita, com o aumento do número de partidos que conseguiram representação na câmara de deputados; uma ligeira recuperação eleitoral do Partido Colorado; e, finalmente, o surgimento meteórico do CA que obteve 11% dos votos, rompendo com certa estabilidade da distribuição dos votos da direita (NOCETTO *et al.*, 2020).

### Considerações finais

A América Latina, ainda que diversa e plural, compartilhou diversas experiências históricas em comum, apesar das especificidades locais de cada Estado. Se, por um lado, o continente vivenciou sucessivos períodos de rupturas da ordem democrática, com golpes de Estado e a instauração de regimes ditatoriais ultraconservadores, por outro, também passou, recentemente, pela inédita experiência da implantação de governos progressistas, durante a “onda rosa”. No

entanto, três décadas após o fim do último grande ciclo redemocratizante, assistiu-se na região a reestruturação das forças políticas mais reacionárias, que conseguiram ampliar sua base social, combinando a retórica nacionalista e anticomunista e a defesa dos valores tradicionais com um programa econômico ultraliberal e fortemente crítico aos ideais distributivistas e de justiça social, caracterizando a chegada da chamada “maré azul” (ZUCATTO, 2019). Definida, em linhas gerais, como uma sequência de governos de direita, a “maré azul” é precedida por uma série de estratégias vinculadas pelas forças políticas conservadoras que atuaram na oposição durante o ciclo de governos progressistas.

Conforme assinalado por Kalwasser (apud ZUCATTO, 2019), as direitas latino-americanas adotaram diferentes estratégias para se contrapor ao avanço das esquerdas na região. Tais estratégias vão da formação de lobbies contra projetos dos governos progressistas ao financiamento de atores coletivos que passam a atuar no espaço público defendendo pautas conservadoras; do controle da mídia empresarial à articulação de “*soft coups*” (como no Paraguai, em 2012, ou no Brasil, em 2016) com uma roupagem de institucionalidade; do investimento em lideranças fora das máquinas partidárias tradicionais – que constroem a imagem de *outsiders* junto ao eleitorado – à estruturação de novos partidos políticos.

Essa reorganização da direita e das suas estratégias também foi algo passível de ser observado no Uruguai. Enquanto a Frente Ampla passou três mandatos à frente do governo nacional, os setores da direita uruguaia, atuando na oposição, conseguiram se adaptar ao fim do sistema bipartidário e se reorganizaram sob outras bases. Um reflexo disso é o aparecimento dessa quarta força política em potencial no país, situada bem mais à direita do espectro político.

Essa maior fragmentação do sistema partidário uruguaio deixa algumas questões em aberto: seria ela um sinal de enfraquecimento e mesmo crise desse sistema? Ou somente um indicativo de que havia um espaço, até então aberto, a ser ocupado por uma extrema-direita que estava diluída nos partidos conservadores tradicionais? E ainda, a força e a projeção com que o *Cabildo Abierto* estreou nas eleições de 2019 de fato se cristalizaram e serão mantidas e/ou ampliadas em disputas futuras ou esse foi um fenômeno efêmero?

Analisando esse quadro, pode-se dizer que o ano eleitoral de 2019 no Uruguai foi, em vários sentidos, simbólico. Primeiramente, por demonstrar que apesar de saldos muito positivos, o desgaste de quinze anos de gestão da FA foi algo inevitável

e, de certa forma, previsível. Mesmo assim, sua força e enraizamento são inegáveis. Ainda que tenha enfrentado uma derrota nas eleições nacionais, a disputa foi bastante acirrada e, o partido ainda foi capaz de manter a maioria no poder legislativo, com treze senadores e quarenta e dois deputados. Em segundo lugar, essas eleições indicaram – de forma similar ao ocorrido com o surgimento da Frente Ampla décadas atrás – a tendência ao aumento e a fragmentação das forças partidárias, como um todo, no país. Com o surgimento de um partido como o CA, evidencia-se o fato de que a maneira pela qual se organizou, historicamente, o sistema partidário uruguaio não dá mais conta das complexidades daquela sociedade.

Nesse sentido, os resultados dessas eleições levaram à maior fragmentação partidária da história do Uruguai (REIS; LOPES, 2022), representando o ápice de um longo processo em que as reconfigurações dos partidos políticos - tanto à esquerda quanto à direita - promoveram fortes mudanças no tradicional sistema bipartidário. A primeira dessas mudanças foi sentida com o desenvolvimento da Frente Ampla que, em linhas gerais, organizou e centralizou o pensamento da esquerda política, conseguindo romper a histórica alternância de poder entre os *blancos* e *colorados* e inaugurando o que Lanzaro (2003) define como um “multipartidarismo bipolar”. E a segunda, começou a ser vislumbrada a partir de 2019 com a criação do *Cabildo Abierto*, que abriu a possibilidade de existência um novo partido competitivo nas eleições nacionais, situado à direita dos partidos conservadores tradicionais.

## Referências

BIDEGAIN, Germán *et al.* Nuevas conflictividades y vínculos entre movimientos sociales, partidos políticos y gobierno en el Uruguay progresista (2005-2020). **Sociologias**, vol. 23, no 58, setembro de 2021, p. 388–417.

BOTTINELLI, Oscar. **El que se sentó sin pedir permiso**. El Observador [online], 22 Set, 2019. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/el-que-se-sento-sin-pedir--permiso-20199225033> . Acesso em 18 de agosto de 2022.

CAETANO, Gerardo; SELIOS, Lucía; NIETO, Ernesto. Descontentos y ‘cisnes negros’: las elecciones en Uruguay en 2019. **Araucaria**, no 42, 2019, p. 277–311. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.12795/araucaria.2019.i42.12>.

CANZANI, Agustín; ZEBALLOS, Camila. Entre el revival, la innovación y el aprovechamiento de las oportunidades: la nueva derecha en Uruguay. *In: Democracia y derechos humanos*. Friedrich-Ebert-Stiftung, Montevideo, 2021.

CASTAÑEDA, Jorge. Latin America's Left Turn. **Foreign Affairs**, Nova York, v. 85, n. 3, pp. 28-43, mai./jun., 2006.

FERREIRA, André Lopes. Artigas e o artiguismo no discurso político-eleitoral da Frente Ampla. **História Social**, Campinas, n. 20, 2011.

FUSER, Igor. Conquistas e fracassos dos governos progressistas: elementos para o balanço de um ciclo político que se recusa a morrer. **Revista de la Red de Intercatedras de História de América Latina Contemporánea**, Año 5, n.8, Junio- Noviembre, 2018, p. 67-76.

GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. **La era progresista**: hacia un nuevo modelo de desarrollo: tercer acto. Tercera edición, Editorial Fin de Siglo, 2014.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LANZARO, Jorge. Os partidos uruguaio: a transição na transição. **Opinião Pública**, vol. 9, n. 2, pp. 46-72, 2003.

LANZARO, Jorge. Continuidad y cambios en una vieja democracia de partidos – Uruguay (1910-2010). **Opinião Pública**, vol. 19, n. 2, 2013.

LISSIDINI, Alicia. Uruguay: sin déficit democrático y con giro electoral. La persistente identidad partidária. **Revista Euro Latinoamericana de Análisis Social y Político**. Año 1, N° 1 – 2020.

MARIANO, Karina L. P.; RIBEIRO, Clarissa C.N. Regionalismo na américa latina do século XXI. In: SALATINI, Rafael (Org.) **Cultura e direitos humanos nas relações internacionais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

NOCETTO, Lihuen *et al.* Uruguay 2019: fin del ciclo progresista y reestructura del sistema de partidos. **Revista de Ciencia Política** (Santiago), 2020.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay**. Terror de estado e segurança nacional Uruguaio (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. (Tese) Doutorado em História, Porto Alegre, UFRGS, 2005.

PETKOFF, Teodoro. Las dos izquierdas. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n.197, pp. 114-128, mai./jun., 2005.

QUEIROLO, Rosario *et al.* Why Uruguay legalized marijuana? the open window of public insecurity. **Addiction**, v. 114, n. 7, julho de 2019, p. 1313–21. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1111/add.14523>.

QUEIROLO, Rosario. ¿Qué significa el “giro a la derecha” uruguaio? **Nueva Sociedad**, nº 287, mayo-junio de 2020.

REIS, Guilherme Simões; LOPES, Nathália. Uruguaio: novo realinhamento partidário ou toda democracia de partidos sólida se desmancha no ar? **Dados**, v. 65, nº 2, 2022.

SILVA, Fabricio. Até onde vai a “onda rosa”? **Análise de Conjuntura**. n. 2, fev. 2010. Observatório Político Sul-Americano. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Fabrício. Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível? **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 4, n. 2, 2010b.

VÁZQUEZ, Mauricio; DEL RÍO, Andrés. **A extrema direita decolando no Uruguai**. Le Monde Diplomatique [online], 18 out, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-extrema-direita-decolando-no-uruguai/>. Acesso em 18 de agosto de 2022.

ZUCATTO, Giovanna Esther. **A ascensão da direita na América do Sul**. Boletim OPISA, n.1, jan-mar 2019, p. 6-9.